



Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

JANE STELLA FRANCISCANI

**A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E A LUTA PELA
VALORIZAÇÃO**

Assis - SP
2010

JANE STELLA FRANCISCANI

**A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E A LUTA PELA
VALORIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, com requisito do Curso de Graduação em Administração.

Orientador: Prof^a. Maria Beatriz Alonso do Nascimento

Área de Concentração _____

Assis - SP
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

FRANCISCANI, Jane Stella.

A Mulher no Mercado de Trabalho e a Luta pela Valorização/Jane Stella Franciscani. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA -- Assis, 2010.

38 p.

Orientador: Prof.^a Maria Beatriz Alonso do Nascimento
Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA

1. Trabalho 2. Mulher 3. Mercado de Trabalho

CDD: 658

Biblioteca da FEMA

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E A LUTA PELA VALORIZAÇÃO

JANE STELLA FRANCISANI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Como requisito do Curso de Graduação em Administração, analisado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: Prof^ª. Maria Beatriz Alonso do Nascimento

Analisador: Prof. Claudiner Buzinaro.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, familiares, ao meu namorado e amigos.

AGRADECIMENTO

O agradecimento é um dos sentimentos mais nobres e relevantes do ser humano, por isso, não poderia realizar esta pesquisa acadêmica sem agradecer a estas pessoas especiais para mim.

Em primeiro lugar a crença do meu Deus que sempre me auxiliou nos deveres e momentos de alegria e tristeza.

Aos meus pais Antônia e Roberto pelo carinho e apoio em todos os momentos da minha vida, em especial a ajuda na concretização de minha formação universitária, sempre unidos cuidando de meus sonhos.

Aos meus irmãos Ana Alice e Fábio pelo apoio que me ofereceram com bastante carinho na ventura de realização de todos estes objetivos.

Agradeço também ao meu namorado Rogério, pela atenção e compreensão em todos os momentos em que foram relevantes para mim, assim como pela paciência nos vários momentos em que foi privado de minha companhia.

A minha orientadora Maria Beatriz Alonso do Nascimento, pelo carinho e dedicação com o qual orientou o presente trabalho.

A turma de Administração, a companhia dos amigos do fundão, em especial a Priscila, que me deu força quando pensei em desistir.

A Fundação Educacional do Município de Assis com as lições dos meus primeiros aprendizados na Ciência da Administração.

*Dizem que a mulher
É o sexo frágil
Mas que mentira
Absurda!
Eu que faço parte
Da rotina de uma delas
Sei que a força
Está com elas (...)*

*(...) Mulher! Mulher!
Na escola
Em que você foi
Ensinada
Jamais tirei um 10
Sou forte
Mas não chego
Aos seus pés...*

ErasmO Carlos

RESUMO

A luta pelos direitos das mulheres começou nos primórdios dos tempos. Em tempos idos a mulher só podia trabalhar dentro do lar, protegida pela família. Ao passar dos anos, começou a trabalhar fora de casa, sendo alvo de várias formas de preconceito. Esta situação teve início ainda na época da escravidão, com o passar dos anos, o trabalho feminino foi ficando mais aprimorado, a mulher não mais trabalhava apenas como doméstica, passou a atuar como professora e depois nas mais diferentes áreas do saber, exercendo cargos mais elaborados e sendo consideradas menos capazes que os homens, especialmente quando disputavam com eles os cargos. Neste trabalho apresentamos a força da mão de obra feminina nos dias atuais, os desafios e o preconceito enfrentados pelas trabalhadoras, mesmo com novos paradigmas sociais.

Palavras Chaves: 1. Trabalho 2. Mulher 3. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

The struggle for women's rights began at the beginning of time. In olden times the woman could only work within the home, protected by the family. Over the years, he began working outside the home, being subjected to various forms of prejudice. This started already in the era of slavery, over the years, female work became more refined, the woman no longer worked only as a domestic, he worked as a teacher and then in different areas of knowledge, exerting more jobs prepared and are considered less capable than men, especially when they contended with the posts. In this paper we present the strength of the female labor force today, the challenges and prejudice faced by working women, even with new social paradigms.

Keywords: 1. Job 2. Woman 3. Job Market

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O BRASIL COLÔNIA	14
2.1	A MULHER ESCRAVA	14
2.1.1	A Prostituição e a Sociedade.....	16
3	O INÍCIO DA CLASSE OPERÁRIA FEMININA BRASILEIRA.....	17
3.1	A LIBERTAÇÃO DA MULHER NO BRASIL	18
3.1.1	O Preconceito Sofrido pela Mulher	19
3.1.2	Revolução da Mulher	20
3.1.3	O inevitável trabalho da mulher.....	22
3.1.4	Concepção Social da mulher	24
3.1.5	Mulheres no novo mundo social	27
3.1.6	Rumo ao Novo Tempo	29
4	A MULHER DO SÉCULO VINTE E UM E SUAS TENDÊNCIAS .	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta a conquista da mulher, no que se refere a um espaço definido no mercado de trabalho desde a época do Brasil Colônia até os dias de hoje.

Durante toda a história as mulheres enfrentavam todo tipo de preconceito para trabalhar fora de casa. É certo que a sociedade ainda conservava a mentalidade de que lugar de mulher era em casa cuidando da família. Aquelas que ousavam trabalhar fora de casa eram vistas pela sociedade de forma equivocada, como se serem independentes ou proverem seu sustento por opção fosse algo degradante.

É fato que a mulher quando começou a trabalhar fora de seu lar, ganhava muito menos do que os homens, muito embora, na maioria das vezes, realizasse o mesmo trabalho. Situação que vem melhorando ao passar dos anos.

Com efeito, quando começou o trabalho da mulher, a mentalidade era geral que o trabalho desenvolvido por elas, era de qualidade inferior ao do homem, até por isso, os seus salários eram inferiores. Aos poucos, esta mentalidade distorcida e equivocada foi mudando.

Hoje a mulher ocupa cargos e desempenha funções que até há pouco tempo eram exercidos somente por homens. Muito embora isso esteja mudando, ainda falta um largo espaço para que se equipare de forma justa e leal o trabalho exercido por homens e mulheres. O que deve ficar registrado é que o cenário melhorou muito nas últimas duas décadas, contudo, em alguns casos os homens ainda ganham proporcionalmente mais do que as mulheres.

Pensando de forma ampla, podemos considerar que as profissões vistas como femininas eram sempre relacionadas ao papel da mulher dentro da família, como por exemplo: cuidar e educar filhos, gerenciar e executar as tarefas relacionadas à rotina doméstica. Fato esse comprovado pelo grande número de mulheres que atuavam e atuam como professoras de educação infantil e ensino fundamental, esta era a única tarefa desempenhada pela mulher vista com bons olhos pela sociedade.

Atualmente se constata mulheres ocupando cargos de destaque em grandes empresas, contudo, ainda existe diferença notória em relação aos trabalhadores do sexo masculino, mesmo quando ocupam cargos estratégicos, especialmente quando o assunto é dinheiro e salário. É provável que um dos maiores dilemas no mercado de trabalho seja a inclusão da mulher como mão de obra preparada e qualificada. Até não muito tempo o lugar da mulher era no seio de seu lar “cuidando de sua família”. Hoje, o suposto “sexo frágil” assume posições estratégicas em grandes empresas, não apenas para ocupar cargos secundários, mais sim, para comandar posições de chefia, muitas vezes sendo colocado em uma posição hierárquica superior aos colegas do sexo masculino.

Hoje encontramos carreiras tradicionalmente masculinas que despertam o interesse feminino, favorecendo o crescimento das mulheres enquanto profissionais e proporcionando oportunidades de alcançarem cargos de destaque no mundo organizacional.

É certo que, as empresas perceberam que as profissionais oferecem a mesma capacidade que os homens, o que as fez ter em seu quadro de colaboradores, pessoas que se dedicam e oferecem bom desempenho e crescimento para empresa, não dependendo ser do sexo feminino ou masculino.

A ocupação das mulheres nos postos de chefia se notabilizou especialmente a partir da década de 1990. Deste cenário em diante, estimulado também pela abertura da economia e uma nova concepção ética e social, o mercado de trabalho se atenta para a importância do trabalho da mulher. Mais do que isso, a atenção e a sensibilidade feminina para os detalhes, características que faltam ao comportamento de muitos dos homens, são diferenciais que se transformaram em valores significativos.

Neste entendimento, é fato que quanto antes a mulher ocupar o seu espaço no mercado de trabalho, mais cedo, assumirá outra postura e poderá competir em nível de igualdade neste ambiente sempre muito competitivo. Esta nova postura é uma tendência mundial, especialmente, pela habilidade feminina em transmitir confiança ao cliente.

Apostar na mão de obra da mulher é mais do que sensibilidade dos novos tempos, é apostar em resultados com uma probabilidade cada vez maior de lucros. As pessoas, independente de gênero, têm qualidades e deficiências. Porém, durante muito tempo o mercado desprezava as grandes qualidades do sexo dito frágil. Mas aos poucos o trabalho da mulher vem sendo reconhecido, porém, ainda falta que o trabalho da mulher tenha a mesma importância econômica que o trabalho do homem.

2 O BRASIL COLÔNIA

A mulher brasileira sempre se fez presente como força de trabalho, muitas enquanto escravas eram incumbidas de difíceis tarefas, como cuidar do transporte de cargas e cortar lenha.

Se pensarmos as mulheres como força de trabalho no Brasil Colônia poderemos vê-las como mão de obra escrava, dividindo o espaço com os homens na colheita da cana de açúcar. Ao mesmo tempo trabalhando na casa grande, nos serviços domésticos, cuidando de crianças ou como mucamas das senhoras.

Em muitos casos vemos mulheres sendo agredidas fisicamente ou psicologicamente, pois quando mães podiam ser separadas de seus filhos que serviam de mercadorias a serem vendidas.

Eram elas as responsáveis por cuidar de seus senhores e de suas casas. Além disso, serviam de mães de leite dos pequenos senhores, muitas vezes tirando o alimento de seus filhos, que corriam o risco de morte por inanição.

Ainda dentro da época do Império, é certo que a escravidão não respeitou fronteiras, costumes e religiosidade de todo um povo que tinha entranhadas suas tradições religiosas. Os escravos de modo geral eram privados de quase tudo na época do Império. Por conseguinte, a mulher por ser considerada mais frágil sofria mais, privada de seus costumes e tradições.

2.1 A MULHER ESCRAVA

A figura feminina era ultrajada na qualidade de escrava. É possível encontrar a mulher negra no pequeno comércio das cidades coloniais. Dedicavam-se especialmente a venda de sopas, doces e quitutes nas madrugadas; como muitas mulheres ainda fazem nos dias atuais.

A mulher escrava tinha uma vida bastante sofrida. Ainda crianças, as meninas eram defloradas pelos filhos dos senhores de engenho e feitores povoando a casa grande de crianças e aquecendo o ciúme das senhoras.

No Brasil a questão da legislação na venda de escravos sempre foi muito complicada. Nunca houve em nossa colônia escravocrata uma legislação para impedir a separação da família de escravos em seus tempos mais árduos, ao contrário de outros países latino americanos. Pais, mães, filhos e irmãos eram comercializados e separados com a maior liberdade no Brasil. Obviamente, quem mais sofria com esta situação eram as mulheres escravas, que assistiam seus filhos, maridos e netos irem embora sem qualquer explicação dos senhores de Engenho. Esta nefasta situação legislativa só começou a mudar em 1871, com a Lei do Ventre Livre, a partir deste dado histórico, a família de escravos começa a receber um pouco mais de proteção.

Segundo Beozzo (In D'Ans 1989, p. 17)

(...) a escravidão afetou mais profundamente a mulher, obrigada a gerar filhos de quem não queria, privada de conviver estavelmente e em regime familiar com quem ela amava, alugada para amamentar filhos que não eram seus, enquanto perecia o fruto de suas entranhas.

Por fim, era neste momento histórico bastante conturbado que a família escravocrata vivia e convivia com a família dos Senhores de Engenho. Este cenário desumano e ignorante foi paulatinamente melhorando, várias leis, que foram produzidas graças aos movimentos sociais da época, conquistou gradativamente a liberdade do sistema escravocrata, a união das famílias, antes separadas e rumaram em direção, ainda que distante, a sociedade mais livre justa e solidária.

2.1.1 A Prostituição e a Sociedade

Com efeito, a prostituição é certamente é uma das mais perversas formas de exploração humana.

Muitas vezes, quando faltam as mais elementares necessidades o sentido da dignidade se inverte e apresenta atributos inesperados.

A própria família muitas vezes guia suas meninas para o caminho de prostituição sem muitas saídas, oferecendo uma vida de preconceitos de todos os gêneros.

Estas mulheres, conhecidas como raparigas, trabalhavam durante a semana em fazendas no trabalho braçal, tendo ainda que exercer o papel de mãe. Seus filhos, quando mais velhos, arrumavam clientes para as mães, a fim de aumentar a renda familiar.

A prostituição acontecia também em outras culturas. Assim nos mostra Rezende (In D' Ans 1989, p.25) sobre a cultura dos índios Karajá.

O Karajá, criado no Araguaia, atravessa-o a nado ou de canoa, como se fosse uma brincadeira. Faz isso para vender sua caça e pesca na cidade. Apesar da proibição de venda de bebida alcoólica ao índio, ele consegue trocar seu peixe pelo litro de cachaça e, bêbado, não consegue mais atravessar, morre afogado. Grande é o número de viúvas Karajá que, sem seus maridos, acabam indo se virar nos cabarés da cidade. Aí elas vão com freqüência, com a desculpa de venda de artesanato, se prostituem para poder levar a farinha e o sal para a aldeia.

Passar por este tema enfatiza o descaso social que sempre existiu, pois o fenômeno da prostituição não agride somente a mulher e seus sonhos, maltrata o gênero humano em todos os melhores ideais.

Este foi o um dos trabalhos mais cruéis, por isso, a construção de uma sociedade mais justa e soberana, que carregue como prisma equiparar as vantagens do trabalho masculino ao feminino, deve também carregar ao menos a intenção de extinguir esta violência ainda sentida e pesada para qualquer grupo social.

3 O INÍCIO DA CLASSE OPERÁRIA FEMININA BRASILEIRA

Um fato a ser destacado é o começo do trabalho das mulheres como costureiras, em indústrias têxteis e de vestuários. A importância é que a classe operária brasileira começou com as mulheres escravas, que trabalhavam nas primeiras fábricas de tecido. Essas mulheres trabalhavam em condições de insalubridade, sendo exploradas com uma carga horária intensa, recebendo baixos salários e ainda inferiores aos dos trabalhadores do sexo masculino.

Sobre isso Saffioti (1981, p. 32) afirma que:

Ao lado de numerosas discriminações de difícil prova, onde a integridade moral da mulher é testada cotidianamente, figura uma sorte de discriminação proibida por lei no Brasil, assim como num número substancial de países: os diferenciais de salários para homens e mulheres que desempenham funções idênticas.

Podemos observar que ocupar seu espaço na sociedade tentando igualar suas diferenças por conta da discriminação não foi tarefa fácil. Hoje presenciamos uma situação modificada, onde observamos os mais diferentes cargos sendo ocupados, exercidos e remunerados igualmente por homens e mulheres, e também quando vemos mulheres assumindo posições de líderes.

Evoluindo no sistema econômico, gradativamente a mulher foi recebendo novas ocupações, passando a colaborar para a manutenção da família.

Com o advento das máquinas, reduzindo o esforço físico, há uma maior abertura para a mão-de-obra feminina. Diante da exploração desta mão-de-obra, no que se refere a salários mais baixos, percebe-se um grande aumento na contratação delas. É fato que gradativamente a situação da mulher melhorou e muito, contudo, ainda falta muito para se igualar de forma justa o trabalho da mulher e do homem.

3.1 A LIBERTAÇÃO DA MULHER NO BRASIL

No Brasil a libertação da mulher desse sistema que se arrasta através de séculos deve-se, sem a menor dúvida, ao cristianismo e aos homens de pensamento. em nosso país, se aos homens o estado negava proteção, em relação ao trabalho feminino havia o mais absoluto desprezo.

Com a Revolução de 1930 criou-se uma nova oportunidade para os trabalhadores brasileiros. Em 1932 foi criada a primeira lei que atendeu as necessidades da mulher trabalhadora. Essa lei dizia que duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. Essa lei atingiu a todos os trabalhadores, homens e mulheres, contudo, como a mulher sempre foi mais explorada nas relações de trabalho, a eficácia das leis trabalhistas possibilitaram melhores condições de trabalho especialmente para elas.

A jornada de trabalho da mulher, assim como de todo o trabalhador não tinha limite até a década de 1930, quando o Presidente Getúlio Vargas começa a criar as leis trabalhistas que beneficiaram a todos, especialmente as mulheres porque eram as mais exploradas. Perceba que até a implantação da legislação trabalhista de 1930, não havia dignidade humana, as mulheres trabalhavam sem qualquer limite de jornada, muitas vezes em ambientes sujos, úmidos e insalubres. A partir de 1930, isto começa a ser mudado, especialmente para mulher, que sempre foi mais explorada, por sua própria condição de aparente “fragilidade” frente ao homem.

Os salários das mulheres sempre foram, e ainda são menores que dos homens. Contudo, este injusto costume social vem melhorando. Essa melhora deve-se especialmente ao avanço da sociedade como um todo, nos valores das mulheres e especialmente na qualidade do trabalho feminino que aos poucos passaram a ter mais respeito e valorização.

Fagundes no site www.direitonet.com.br nos mostra que:

Na Consolidação das Leis Trabalhistas a jornada diária de trabalho da mulher é fixada normalmente em 8 horas, observado, entretanto, o limite de 48 horas semanais. Com a vigência da Constituição de 1988, a duração normal de trabalho não pode ser superior a 8 horas diárias com o limite de 44 horas semanais; facultada a compensação e a redução mediante acordo ou convenção coletiva (art. 7º, XIII).

A inserção da mulher no mercado de trabalho aconteceu ainda na época escravocrata, mas teve um grande avanço significativo a partir da década de 1950. Nessa época as ocupações mais comuns entre as mulheres eram no comércio, em serviços públicos, no setor de serviços coletivos de consumo ou em escritórios. Em seguida surgiram outras atividades como enfermeiras e professoras.

Antes de sua inserção no mercado de trabalho, a mulher era excluída da esfera pública sendo reservada à esfera privada.

Alimentando a desigualdade de gênero que existiu naquela época, o comportamento feminino evoluiu ao longo do tempo. Com o tempo, o respeito pela dignidade do trabalho feminino foi aos poucos se firmando, as mulheres foram vencendo barreiras e começaram a desenvolver trabalhos que lhes eram tabus. Tudo isso representou um verdadeiro avanço, porém o salário das mulheres ainda é proporcionalmente menor que dos homens.

3.1.1 O Preconceito Sofrido pela Mulher

Ainda nos anos de 1950 e 1960, mesmo com seus princípios culturais muito rígidos, a mulher ocupava gradativamente seu espaço no mercado de trabalho. Nas últimas décadas, além de atuarem no mercado, disputavam lugares com os homens e como consequência passaram a participar ativamente das lutas sociais.

Muitos obstáculos foram enfrentados pelas mulheres em busca de sua realização profissional e sua liberdade financeira. O preconceito foi um dos principais vilões que

acompanharam a mulher por toda sua trajetória de inserção no mercado de trabalho. Para sociedade, a conquista da mulher romperia os padrões pré-estabelecidos da estrutura social. Ela mudaria a visão da mulher enquanto mãe, esposa e dona de casa. A educação que era dada a mulher era a de preparação para o casamento. Uma minoria ainda tinha o privilégio de ter acesso à qualificação profissional.

A parte da sociedade que era contra a inserção da mulher em trabalhos extradomiciliares, defendia que a mulher não conseguiria conciliar o trabalho com suas atividades domésticas, o que resultaria em transtorno familiar, descompromisso conjugal, e ainda afirmava que atrapalharia o futuro dos cidadãos com a ineficiência em sua formação. Isso aconteceria em decorrência da ausência materna no processo de desenvolvimento infantil, pelo qual a mulher era considerada responsável.

O preconceito acontecia da sociedade em geral, até em ambientes como sindicatos que defendiam o cumprimento dos direitos trabalhistas. As críticas eram visíveis em vários meios de comunicações, como revistas, jornais, a indignação das pessoas sempre era exposta. Ainda, as mulheres eram desconsideradas como população economicamente ativa, sendo vistas como coadjuvantes.

Giuliani (In Priori 2008, p. 641) nos mostra que “Muitas vezes, as trabalhadoras nem são reconhecidas como parte da população economicamente ativa; sua contribuição social reduz-se ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico familiar.”

Por mais que a mulher se esforçasse, não tinha apoio com relação ao trabalho remunerado, assim sendo limitada ao trabalho doméstico.

3.1.2 Revolução da Mulher

É certo que o voto feminino deu início a esta série de conquistas em 1928, é deste momento em diante, que as mulheres começam a busca pelos seus direitos.

A revolução feminista que veio mais forte a partir de 1970 é um grande exemplo da execução de lutas sociais enfrentadas pelas mulheres. Isso trouxe para elas grande evolução no que tange as conquistas trabalhistas e também sociais. A mulher

conquistou o direito de planejar a família por meio dos contraceptivos, a lei do divórcio lhe possibilitou viver os relacionamentos por amor e não mais por convenções sociais, com seu dinheiro acabou a dependência econômica do homem e a mulher ganhou a liberdade. Estas foram as principais conquistas sociais que se refletiam do trabalho da mulher, agora que eram mais preparadas, realizavam trabalhos mais qualificados, e por isso, podiam exercer com maior autonomia suas conquistas sociais.

No Brasil, o feminismo obteve vitórias que repercutiram ao longo das últimas décadas encaminhando muitos princípios de política e cidadania a favor da inclusão da mulher no mercado de trabalho além da superioridade dos direitos já conquistados.

As mulheres que defenderam seus direitos feministas como trabalhadoras, adquiriram a possibilidade de redução da distinção entre grupos masculinos e femininos que atuavam no mercado de trabalho no Brasil.

Foi a partir da década de 70 que a mulher conquistou novos direitos e iniciou a sua luta pela liberdade plena e livre escolha. Para se ter uma idéia, no Código Civil de 1916 a mulher era considerada relativamente incapaz, ou seja, deveria ser assistida em seus negócios jurídicos até o casamento pelo pai, após o casamento pelo marido. Esta legislação parecia ser razoável para a época. Ocorre que, a formulação inexata destes determinados preceitos legais impediam a mulher de se estabelecer comercialmente, privando-a do empreendedorismo. A partir da década de 1970 esta relação inverte a sua ordem. É fato que a mulher conquistou a capacidade civil plena, e com isso a possibilidade de se estabelecer comercialmente, com todos esses direitos, especialmente a capacidade civil e sem a prisão de muitos casamentos, gradativamente a mulher conquista a liberdade e o respeito profissional em seu trabalho independente da diversidade de profissão que escolhesse.

Também é relevante asseverar, outro ponto trazido pela vanguarda da década de 1970, a aprovação da lei do divórcio nº 6515 – 26/12/1977, aprovado durante o Governo do General Ernesto Geisel. Apesar do Brasil, nesta época, vivenciar um governo militar, este fato marca o início da abertura política, além de representar maior liberdade e autonomia da mulher. Deste momento em diante não existe mais

amarras, as mulheres são donas de seus destinos, e cada novo momento ganha autonomia para degustar do seu futuro com muito mais anseio pela liberdade. Apenas a título de curiosidade acadêmica, o primeiro divórcio no Brasil aconteceu em Janeiro de 1978 na cidade de Fortaleza.

Com o reconhecimento legal da capacidade civil e a legitimação da lei do divórcio, dois institutos que apenas ratificam a liberdade sexual da década de 60, com o aparecimento dos métodos contraceptivos, são a inclusão da mão de obra feminina e seu empreendedorismo, havemos uma justa busca por novos direitos e ambições sociais.

3.1.3 O inevitável trabalho da mulher

É certo que, a necessidade da mulher ir para o mercado de trabalho foi primeiro percebido nas famílias mais pobres. O pequeno salário dos maridos não supria todas as necessidades domésticas, dessa forma, a mulher, antes protegida dentro do lar, começou a vender a sua mão de obra. Esta atitude corajosa das mulheres mais simples rendeu às mulheres o provável encargo da humilhação pública, contudo, contribuiu decisivamente para o sexo teoricamente frágil conquistar o seu lugar, por direito, no mercado de trabalho.

Com efeito, naquela época do início da industrialização a mulher tinha que superar os olhos negativos da opinião pública, que não assistia com bons olhos a mulher assalariada. O assédio sexual nas empresas era uma constância.

Também a qualidade do trabalho feminino era colocada a prova diariamente. Neste mesmo sentido, até em locais de trabalho tradicionalmente feminino a sua mão de obra era questionada, nos afazeres domésticos remunerados, como: empregada doméstica, cozinheira, babá e outros, não eram incomuns as donas da casa afastar as crianças das empregadas, com a justificativa que dessa forma as crianças teriam uma melhor educação.

Segundo Priore (2001, p. 517):

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial e muitas vezes espelhados nos relatos de viajantes europeus que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e pobres.

Basta aproximar a história da realidade para se constatar que as mulheres sempre trabalharam fora de casa. Especialmente para auxiliar os seus maridos nas despesas domésticas.

Com efeito, a mulher começa a vender a sua força de trabalho juntamente com as crianças. No período da industrialização, mulheres e crianças chegaram a compor metade da força de trabalho na indústria, principalmente na indústria têxtil. Este fato aconteceu por dois fatores essenciais: os baixos salários pagos a essas pessoas, muito diferente dos salários masculinos. Também contribuiu para esta verdadeira humilhação, não só contra a mulher, mas também contra a criança, a completa ausência de leis para proteger o trabalhador.

Como se observa o trabalho feminino na indústria foi diminuindo e migrando para outras atividades, especialmente o trabalho doméstico e os pequenos comércios.

Muitas vezes, a mulher desenvolvia um trabalho mais elaborado, trazia o sustento indispensável para a casa, porém, a sua renda continuava a ser qualificada como a segunda da casa, a do marido sempre era mais importante; e até pelas mulheres como um mero suplemento a renda masculina. Sem ser encarado como profissão o seu trabalho em muitos casos nem nome merecia. Era ocultado, minimizado em conceitos gerais como “serviços domésticos” e “trabalho honesto”.

Quando a mulher se separava do marido ou era abandonada por ele, a necessidade era encontrar abrigo, ao menos que temporário, na casa dos pais ou algum parente. Todavia não era raro a família não poder ajudar as filhas, devido à distância ou por problemas de ordem financeira, desse modo, muitas buscavam empregos mais humildes.

Já os empresários procuravam estas profissionais porque tinham a possibilidade de pagar 30% menos do que pagavam pela mão de obra masculina.

3.1.4 Concepção Social da mulher

A história da mulher sempre foi acompanhada de grandes desafios. A todo o momento, precisava provar que era capaz, que podia mais, que não precisava necessariamente ficar escondida atrás do tanque, pia e fogão. Por isso, foi gradativo, mas a mulher foi conquistando o seu espaço no mercado de trabalho e na sociedade.

Chama-nos bastante a atenção quando olhamos para o passado que o discurso recorrente não era o discurso da vitimização, tão enfático e recorrente na imprensa operária, mais sim a luta revolucionária daquela época, luta travada pelas próprias trabalhadoras. Ou seja, a mulher não queria e nunca quis ser tratada como vítima do sistema, na verdade travou fortes e duras batalhas pelo direito de trabalhar e ser reconhecida como profissional hábil e capaz.

Perceba como jornal operário “A RAZÃO”, com a publicação no dia 29 de julho de 1919 argumenta sobre o trabalho da mulher.

O papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes conseqüências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover a necessidade do lar.

Muito influenciadas pelos filósofos francêss Jean- Jacques Rousseau, pelo pensamento médico vitoriano e por concepções religiosas, as elites intelectuais e políticas do começo do século XX procuraram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, justamente no momento em que a crescente urbanização das cidades e a industrialização abriam para elas novas perspectivas de trabalho e de atuação. Formava-se a moderna esfera pública espaço em que as novas formas de interação

social, bem como as relações entre mulheres e homens, passavam a se pautar por modelos europeus, especialmente franceses e ingleses.

No Brasil o dinamismo urbano tomava conta do país. As reuniões sociais que antes se limitavam a igreja nos finais de semana, agora o que era rural virou urbano e as reuniões sociais, bem como a diversão aberta começaram a tomar conta das cidades modernas. O teatro e a ópera, seguidos das confeitarias, restaurantes e cafés-concerto tornaram-se os principais pontos de encontro.

As mulheres da classe média e alta abandonaram as roupas moderadas e sérias e passaram a se vestir de acordo com os ditames da moda francesa.

As trabalhadoras pobres e operárias, costureira, florista, garçonetes começaram a ser observadas nas ruas da cidade ao lado das mais ricas.

Na época, os cinemas atraíram um número crescente de público, seduzindo a platéia com atrizes e atores norte-americanos. Os esportes, do ciclismo ao futebol eram valorizados por todas as classes sociais. Nos anúncios e programas encontravam-se uma grande quantidade de novos divertimentos, como piqueniques, bares, cinema, teatros, festas e exposições circenses.

Os trabalhadores, imigrantes e nativos desenvolviam uma cultura própria com seus grupos de teatro e propaganda política, nos centros de cultura social, nas bibliotecas populares; organizavam ainda bailes e festivais piqueniques.

As operárias também participavam deste novo universo social e cultural, acompanhadas de seus maridos, namorados ou simplesmente amigos.

Com efeito, a despeito da modernização, as relações familiares continuavam a se pautar pelo forte moralismo, tanto nas camadas mais ricas, como nas camadas mais pobres da sociedade. Em acordo com o que lembra os contemporâneos, assim que o namoro começava, o pai da jovem forçava o rapaz a tomar uma definição sobre o propósito da relação, especialmente se o namorado viesse de classe social mais alta. Até mesmo entre os anarquistas, que defendiam o amor livre, a opção pela maternidade e do casamento monogâmico, o código de conduta sexual era bastante severo. Isto revela ao mesmo tempo uma grande preocupação com a preservação da moralidade das mulheres do meio operário.

A sociedade modernizava-se em todos os sentidos. No interior das fábricas, os anarquistas e socialistas se revoltavam contra os maus tratos dos patrões e as formas de exploração do trabalho.

Neste momento histórico a indústria começa a deslumbrar com uma nova premissa, os empresários modernizaram as relações de trabalho e passaram a tratar os operários como “cidadãos” e não mais como escravos.

É certo que neste contexto, com a crescente incorporação da mulher ao mercado de trabalho e à esfera pública em geral, o trabalho feminino fora do lar passou a ser ampliado e reconhecido.

Isto trouxe novas concepções sociais, desaparecendo um preconceito que anteriormente existiu.

Desta forma, com o crescimento urbano vertiginoso de muitas cidades brasileiras, com um grande contingente de trabalhadores concentrados nos bairros operários, o mundo público acabou sendo considerado um espaço ameaçador para a moralidade das mulheres e das crianças. Evidentemente os problemas decorrentes da urbanização – o aumento das epidemias, das violências, dos roubos, a presença de mendigos, loucos, menores abandonados nas ruas das grandes cidades, sem falar nas agitações políticas articuladas por anarquistas e socialistas, aumentavam a insegurança, alertando que as transformações urbanas acarretariam uma distribuição total da sociedade e causariam um caos generalizado.

Para muitos o trabalho feminino fora do lar levaria a desagregação da família. De que modo as mulheres que passavam a trabalhar durante todo o dia, ou mesmo parcialmente não poderiam se preocupar com o marido, cuidar da casa e educar os filhos.

O que seria das crianças, futuros cidadãos, abandonados nos anos mais importantes de formação de seu caráter? Tais observações levaram, portanto, à delimitação de rígidas regras, códigos de moralidade para mulheres de todas as classes sociais. As que pertenciam à elite e às camadas sociais médias estavam certamente no centro destas preocupações, sobretudo as jovens que iniciavam suas carreiras como médicas, advogadas, biólogas, pianistas ou outras

trabalhadoras, mães dos futuros construtores da pátria, eram alvos do moralismo dominante.

Não obstante as preocupações sociais como necessidade do trabalho da mulher fora de casa, tanto na elite como nas classes mais baixas, aos poucos, dentro das suas limitações econômicas e sociais, as mulheres foram vencendo os preconceitos quanto à incapacidade e galgando cargos mais substanciais nas suas rotinas de trabalho.

As trabalhadoras pobres eram consideradas ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como inferiores aos homens. No imaginário da elite, o trabalho braçal, antes realizado em sua maior parte por escravos, era associado a incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual.

Desde a profissão de costureira, a operária e a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens da imoralidade, de degradação e de prostituição.

Com efeito, o olhar da sociedade para mulher sempre foi mistificado, vítima de todas as formas de preconceitos. Este curioso quadro social só sofreu modificações de forma parcial, além de mulher ainda ganhar menos que o homem, aos poucos este quadro social foi se invertendo e o respeito as suas qualidades profissionais foram conquistadas. É certo que existe muita coisa para melhorar, contudo, passos valiosos foram dados, a caminho de melhor igualdade e justiça.

3.1.5 Mulheres no novo mundo social

É certo que a mulher ganhou lugar no mercado de trabalho, ao passar dos anos as suas relações sociais e do próprio trabalho foram se modernizando. A mulher como começou a trabalhar não dependia mais do homem, por isso ganhava mais independência social.

Em lugar do contrato de casamento efetuado diante da Igreja e do Estado, a “livre união” significaria a possibilidade de homens e mulheres definirem livremente o tipo de relação amorosa e sexual desejada. Sem fazer referência à questão do

homossexualismo, os anarquistas afirmavam com bastante ênfase a necessidade de uma reviravolta nas relações estabelecidas, entre elas o amor livre e o casamento monogâmico. Perceba como a boa doutrina cuida desta verdadeira revolução que aconteceu com a mulher, especialmente como o seu novo papel começou a ser articulado dentro da nova sociedade que se inspirava nos ideais de uma cultura mais livre, e que possa valorizar o respeito e admiração pelo dito sexo mais frágil. Perceba o texto de que realiza uma importante reflexão sobre o amor livre, e a nova conduta da sociedade moderna.

Segundo A Voz do Trabalhador, 1º fev de 1915:

Amor livre [...] é um todo formado pelo homem e pela mulher que se complementam, que buscam a vida em comum, sem dependência de códigos ou leis que determinam suas funções, juntando-os por simples convenções social. Vivem juntos porque se querem se estimam no mais puro e desinteressado sentimento de amor.

Neste mesmo, outra controvérsia, a prostituição, era encarada como um fenômeno decorrente da exploração capitalista do trabalho, e certamente seria eliminada num mundo fundado na justiça social. Os anarquistas, portanto, estavam afastados das teorias eugenistas defendidas pelas elites, segundo as quais a origem da prostituição estava na constituição biológicas da mulher.

É certo que a mulher deveria ter seus direitos não apenas reconhecidos, mas ampliados, o direito à maternidade consciente, ou seja, a possibilidade por optar entre maternidade ou o simples prazer de fazer sexo, dentro outros. As anarquistas reivindicavam ainda o fim da valorização burguesa da virgindade feminina.

Também é necessário lembrar que evidentemente isto não significava, no discurso literário, o fim da família, porém, a sua constituição começou a se pautar sobre outros valores, especialmente fundamentado em outras crenças da potencialidade da natureza humana. Outro contraponto foi a nova concepção da mulher e também do novo homem, condizentes com a moral anarquistas. Era defendida, neste sentido, uma educação voltada para a realização da capacidade individual, fundada no desenvolvimento da criatividade da pessoa e na crítica franca a todos os

métodos autoritários e coercitivos do mundo capitalista, competitivo e hierárquico. De modo a formar a clássica estrutura da nova sociedade moderna, principalmente do papel ocupado pela mulher nesta nova sociedade e o imaginário cultural deste novo espasmo intelectual.

3.1.6 Rumo ao Novo Tempo

As idéias das mulheres ganharam um novo impulso com as diferentes profissões que elas assumiam. Muitas se tornavam escritoras, professoras e até anarquistas, contribuindo decisivamente para a nova concepção do trabalho feminino e da mulher na nova sociedade.

Com efeito, importantes personalidades feministas, foram em sua época, uma das raras pontes entre o mundo operário e o mundo das elites intelectuais e artísticas do país. Raramente os escritores modernistas se referiam ao universo das fábricas. Mesmo Pagu, que focalizou com mais insistência os grupos de militantes comunistas, parece ter levado em conta os anarquistas. A distância entre anarquistas e modernistas são evidenciadas até geograficamente, o bairro do Brás, em São Paulo, tão conhecido por Pagu, era visto como lugar de miséria e degradação humana, ao contrário dos espaços boêmios da cidade frequentados por jornalistas, escritores, advogados, prostitutas e polícias; que contribuíram decisivamente com os pilares da nova sociedade.

Segundo Saffioti (1981):

Dois terços das trabalhadoras brasileiras recebiam, em 1976, até dois anos salários mínimos, o que colocava a maioria destas mulheres em situação bastante precária do ponto de vista econômico (...) Em termos salário nominal o quadro exposto experimentou alguma melhora no ano de 1977. Os dados mais recentes da pesquisa nacional por Amostra de Domicílios revelam uma situação aparentemente melhor

É certo também que parece ter sido poucas as mulheres que contestaram publicamente as concepções médicas a respeito da sexualidade e da constituição

física feminina. Ainda é verdade, as pesquisas realizadas até o presente revelam que poucas escritoras trataram de tema considerado masculino, como o da sexualidade. Assim, mulheres começaram a abordar assuntos anteriormente proibidos falando sobre o chamado “assunto maldito” como o prazer sexual, o adultério e a prostituição. Defendendo o amor livre e plural para ambos os sexos.

Nesta mesma discussão, algumas mulheres se aventaram a discutir a problemática do trabalho de forma mais consistente, expondo em público a dificuldade enfrentada por qualquer mulher, para impor a sociedade não só o seu direito de exercer a sua profissão com a eficiência reconhecida e, mais do que isso, ter a sua liberdade em todos os sentidos, inclusive a sexual, reconhecida com um atributo de seu direito, sem a ameaça de um preconceito vazio de uma sociedade ainda arraigada a valores inférteis, que começavam a não mais fazer sentido algum naquela nova configuração social que se apresentava com o intuito de melhorar a vida das mulheres e alterar todo um olhar social atrasado e raquítico para aquele tempo.

Dessa forma, observamos aqui que uma parcela das trabalhadoras que ajudaram a construir o país nas primeiras décadas do século XX. Notoriamente, as mulheres pobres não estavam apenas nas indústrias do Sudeste. A maioria estava no campo, trabalhando nas plantações e colheitas, em fazendo e em outro tipo de propriedade rural. Nas cidades elas trabalhavam também no interior das casas como empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, governantas, em escolas, escritórios, lojas, asilos, hospitais ou, ainda circulavam pelas ruas como doceiras, vendedora de cigarros e charutos, floristas e prostitutas. Entre as jovens que provinham das camadas médias e altas, muitas se tornavam professoras, engenheiras, médicas, advogadas, pianistas, jornalistas, escritoras e diretoras de instituições culturais. Assim, paulatinamente, as mulheres iam ocupando todos os espaços de trabalho possíveis.

Também é certo que falamos sobre a vida operária nas fábricas criadas no começo de nossa industrialização, no momento particularmente importante para o futuro das mulheres no mundo do trabalho, no Brasil. Nesse contexto, foram definidos códigos sociais e morais, noções de certo e errado, assim como a legislação trabalhista como consequência nos lares e na vida social. O espaço público moderno foi

definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando as funções consideradas menos importantes no campo produtivo do trabalho, e, por conseguinte, economicamente rentável.

Ainda neste íterim, é correto afirmar que as autoridades e os homens da ciência do período consideravam a participação das mulheres na vida pública incompatível com a sua constituição biológica. Os argumentos criados ou reproduzidos e até as classificações preconceituosas que pregaram converteram-se em códigos que aos poucos passaram a reger as relações entre os sexos, assim, entre as diferentes classes sociais e grupos étnicos. Só muito recentemente a figura da “mulher pública” foi dissociada da imagem da prostituta e pensadas sob os mesmos parentos pelo quais se pensa o homem público, isto é enquanto ser racional dotado de capacidade intelectual e moral para a direção dos negócios da cidade. Pelo menos até a década de setenta, acreditava-se que a mulher, sendo feita para o casamento e para a maternidade, não deveria fumar em público ou comparecer em bares e boates desacompanhadas e a política era considerada assunto preferencialmente masculino.

As trabalhadoras recusaram alteraram e recriaram muitos dos significados e das práticas que os dirigentes pretenderam impor ao mundo do trabalho e da vida pública. Fundamentalmente, procuraram construir suas redes de solidariedade sobre doutrinas políticas bastante divergentes das que propunham ou repetiam as elites. Não há como negar que os trabalhadores são sistema fabril construíram uma cultura própria, e por isso mesmo, foram profundamente perseguidas pelas forças policiais, não só no Brasil, mais em vários países da América Latina. Lembremos que as conhecidas escolas modernas criadas pelos libertários, em várias cidades e estados brasileiros, foram totalmente destruídas pela polícia, seus jornais foram queimados e empastelados, suas manifestações políticas reprimidas. É claro que não foi só por simpatia que as mesmas autoridades despenderam sua energia enviando militantes para Clevelândia, ao norte do país, onde, aprisionados, muitos morreram por falta de assistência médica, para não dizer em total abandono.

Saffioti (1981, p.41) afirma que:

A primeira idéia a ser ressaltada diz respeito ao impacto que a industrialização causou na vida da mulher nos países em que domina o modo de produção capitalista. Por outro lado a industrialização simplifica uma imensa série de penosos processos de trabalho. Neste sentido, torna mais leve muitas das tarefas que tradicionalmente cabem à mulher realizar.

Assustador é o perigo de esquecermos essa tradição de luta dos primórdios de nossa industrialização, como se, para além de terem sido sucessivamente derrotados, os trabalhadores fabris, entre os quais muitos ativistas políticos, ainda tivessem de assistir à contínua renovação dessa derrota. A perda das tradições que nos ameaça, principalmente das experiências libertárias e democráticas, não deixa de ter consequências, sobretudo num país que luta com dificuldade para deixar de ser caracterizada como “casa grande e senzala”, expressão sabiamente definidas nos anos 30. Na verdade, sabemos que, apesar da intensa modernização vivida no país, ainda carregamos muito fortemente o peso do clientelismo, da política do favor e de outras formas tradicionais de relacionamento, violentas, perversas e corrosivas.

Muitas mulheres, trabalhadoras e especialmente, as feministas, tem lutado nas últimas três décadas pela construção de uma esfera pública democrática. Elas querem afirmar a questão feminina e assegurar a conquista dos direitos que se referem à condição da mulher. Por isso mesmo, é importante que possamos estabelecer as pontes que ligam as experiências da história recente com as do passado, acreditando que nos acercamos de um ponto seguro e nos fortalecemos para enfrentar os inúmeros problemas do presente.

4 A MULHER DO SÉCULO VINTE E UM E SUAS TENDÊNCIAS

Os tempos são outros. Já é hora de mudanças. O estudo detalhado da história dedica à mulher um capítulo exclusivo. É certo que as suas difíceis conquistas sociais foram alcançadas a duras batalhas. O respeito pela sua qualificada mão de obra sempre foi posta em provações. Contudo, as duras penas este quadro foi melhorando, é claro que ainda estamos muito longe do ideal, porém, passos decisivos foram dados rumo ao novo século.

No presente trabalho revisitamos a devastação moral da escravidão, onde colocava a mulher na pior das insignificâncias, dobradas a todos os tipos de violências e injustiças. Ainda neste tempo, verificamos o pesado trabalho da mulher, não remunerado, não escrito, não oficializado. Este que passou a existir filosoficamente a partir dos bons livros de história.

Da escravidão, pesquisamos até o século vinte, onde verificamos o cenário da mulher na revolução industrial da década de 1930, Assistimos, ainda que sobre uma perspectiva científica, a exploração industrial da força de trabalho feminino e com isso, o surgimento dos direitos trabalhistas da mulher na época de Getúlio Vargas, época em que o trabalho feminino era bastante contratado, pois custava menos do que o trabalho masculino, dito como mais produtivo.

Também deslumbramos as conquistas sociais nas décadas de 1950, 1960, 1970. No decorrer destas décadas, as mulheres conquistaram o direito ao divórcio, a liberdade sexual, e, especialmente nos últimos anos o respeito a sua liberdade individual e o reconhecimento de sua força de trabalho foram as principais conquistas sociais..

Perceba que os ganhos sociais da mulher estão diretamente interligados ao seu próprio trabalho. Observe que não é possível separar de forma estática a mulher de suas vitórias sociais, uma vez que foram através destas que possibilitaram um outro olhar para a o dito “sexo mais frágil” e, por conseguinte, o reconhecimento profissional da mulher .

Nos anos oitenta e noventa a mulher consolidou as suas conquistas sociais. O respeito da sociedade era finalmente concretizado. É certo que o trabalho

desenvolvido pela mulher começou a ser respeitado. Até nas áreas políticas tivemos as nossas primeiras conquistas. No legislativo as mulheres passaram a ter maior representatividade no Congresso Nacional. As profissões mais qualificadas passaram a ser mais bem vistas pela sociedade quando tinha uma trabalhadora do sexo feminino a frente. É neste momento que começa a verdadeira revolução da mulher.

As mulheres conquistaram o seu novo espaço no mercado de trabalho, e como isso começou a adquirir uma importância muito maior na economia brasileira. Dessa forma, a questão que se impõe é a situação atual da mulher no mercado de trabalho. Quais as condições do trabalho da mulher hoje, as suas dificuldades, as barreiras que mulheres já superaram e as que ainda faltam superar.

Com efeito, é certo que as mulheres começaram a impor às empresas um novo ritmo de trabalho, que permite conciliar carreira, família, e projetos pessoais. Isso mostra como as trabalhadoras estão mudando o cenário corporativo, também com chefias que jamais foram imaginadas.

Um dos melhores exemplos da investida da mulher neste novo mercado de trabalho é a empresa CNEC Engenharia, empresa de projetos do Grupo Camargo Corrêa. Nesta empresa a participação feminina em cargos de chefia subiu 123% entre os anos de 2005 a 2008. Também áreas que anteriormente eram exclusividade masculina, agora, mudaram de mãos. Por exemplo, hoje 29% dos 94 cargos de chefia na CNEC são ocupados por mulheres.

A mulher está mais preparada para o ambiente de trabalho atual, com fusões, crises econômicas, entre outras. Mudanças de cenário são constantes e exige rapidez de adaptação, característica bem feminina.

Não são apenas neste novo mercado de trabalho brasileiro que a mulher profissional ganhou novos ares. Muitas profissionais brasileiras, bastante qualificadas, partem do Brasil para trabalhar em outros países. Sempre com a esperança de melhorar de vida buscando novas áreas e encarando novos desafios.

As principais universidades do país tem se preocupado essencialmente em fotografar este cenário no Brasil. Que se apresenta mais sensível e modificado, transformando em um país mais qualificado, demonstrando uma força de trabalho,

especialmente feminina, capaz de motivar e agregar valor a economia, independente dos homens.

Segundo Teixeira, no site <http://www.universia.com.br> nos mostra que:

Uma conclusão corrente é a de que o cidadão ou a cidadã com maior nível de escolaridade tem mais oportunidade de incluir-se no mercado de trabalho. Como afirma Lena Lavinas, em estudo recente, além da inclusão no mercado, constata-se uma significativa melhora entre as diferenças salariais. Entretanto, mesmo com o expressivo crescimento da mulher no mercado de trabalho, como já foi colocado, ainda não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de chefia e diferenças salariais; estes, embora tenham diminuído desde os anos 90, ainda permanecem e significam que as mulheres aceitaram postos de trabalhos miseráveis para sobreviver com sua família, já que as taxas de desemprego feminino são significativamente maiores do que as da população masculina. As trabalhadoras brasileiras concentram-se nas atividades do setor de serviços; 80% delas são professoras, comerciárias, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas ou trabalham em serviços de saúde, mas o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado, primeira ocupação das mulheres brasileiras. São negras cerca de 56% das domésticas e usufruem ainda os menores rendimentos da sociedade

Dessa forma, é fato que nas últimas décadas a mulher experimentou uma ascensão na classe social nunca antes experimentada. O seu trabalho é admirado e as barreiras que separavam elas do mercado foram quebradas. A aceitação do mercado de trabalho da mulher foi um processo lento, porém realizado com bastante sucesso.

Os cargos ocupados por elas são cada dia mais elevados, demonstrando mais preparo, com mais autonomia e respeito. Com todo este avanço ainda existem, em partes, preconceito e discriminação, que são insignificantes para sua grande conquista. Claro que jamais desprezando os significativos avanços que foram dados rumo ao novo tempo e uma nova consciência.

A lógica já vem se consolidando ao longo dos tempos, a mulher continuará a assumir posição de destaque em nossa sociedade, em todas as suas áreas, especialmente no mercado de trabalho, para isso basta apenas à aceitação e admiração pelo modo diferente, porém não menos enriquecedor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que na presente pesquisa tentamos transpor para o presente trabalho os desafios do trabalho da mulher. Desta feita, buscamos revisitar a história do trabalho da mulher, passando pelos principais preconceitos que impediam a mulher de trabalhar.

Com efeito, pesquisando sobre o ambiente social no qual a mulher vivia em diferentes épocas, e como isto influenciou as atividades exercidas pela mulher, bem como a necessidade da mulher vencer a barreira do preconceito.

Reservamos um olhar atual sobre os novos paradigmas da mulher neste novo cenário econômico / político / social. Buscando extrair uma ótica das ciências administrativas sobre esta nova perspectiva de trabalho da mulher, não só no Brasil mais também em termos mundiais.

Buscamos trabalhar a maioria das diretrizes do trabalho da mulher ao longo de nossa história, bem como nos dias atuais em suas questões mais diversas. Assim, demonstramos que muito já foi feito e, com isso, melhoras significantes aconteceram em torno de nosso século.

Dessa forma, o trabalho da mulher é sempre um tópico interessante a ser revisitado nas pesquisas acadêmicas. A sociedade não pode simplesmente se conformar com o preconceito, a discriminação e outras coisas do gênero. É preciso discutir, interpretar e reavaliar, é claro que jamais teremos uma sociedade igual, sem nenhuma diferencia ente homens, mulheres, ricos, pobres e outras diferenças. Em verdade é bom que seja assim, pois uma sociedade que não admite e aceita o diferente se empobrece em seus melhores valores.

Por mais que seja complexo, somos diferentes e gostamos disso, porém, a diferença deve ser aceita como virtude, como bem viver e não como pesado fardo que impõem opostos frente a frente. Em verdade, seria ótimo para a economia que homens e mulheres pudessem compor juntos uma nova história no mercado de trabalho, cada parte desenvolvendo as suas qualidades da maneira mais arrojada, bem como expondo sem pudores as suas fraquezas, estas que seriam

compensadas pelo esforço comum de ambos os sexos. Assim, o dia em que conseguirmos esta composição, que aos poucos vem ocorrendo, teremos um mercado mais competitivo, vez em que, aceita todos os valores e admite todas as qualidades.

REFERÊNCIAS

BEOZZO, J.O. in D'ANS, H. **Mulher: da Escravidão à Libertação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

BRUSCHINI, C. LOMBARDI, M.R. UNBEHAUM. S. in UNIFEM (Org). **O Progresso das Mulheres no Brasil**. Brasília. Disponível pelo site: < http://www.mulheresnobre.org.br/pdf/O_Progresso_das_Mulheres_no_Brasil.pdf > acesso em: 01 ago 2010

FAGUNDES, L. **Trabalho da Mulher. O trabalho feminino na sociedade**. Disponível em:< <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1119/Trabalho-da-mulher>>. Acesso em: 09/08/2010.

GIULANI, P.C. in PRIORE, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

RAGO, M. in PRIORE, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

REZENDE, M. G. in D'ANS, H. **Mulher: da Escravidão à Libertação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

SAFFIOTI, H. I. B. **Do Artesanal ao Industrial: A Exploração da Mulher**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

_____. **Mulheres Brasileira Educação e Trabalho**. Fundação Carlos Chaga. Disponível pelo site < http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mbet.html. > Acesso em 05 ago 2010.